

STJ00096228

FREDERICO BLASI NETTO

PRESCRIÇÃO PENAL
MANUAL PRÁTICO PARA
ENTENDÊ-LA E CALCULÁ-LA
4ª edição revista e ampliada



Belo Horizonte
2013



Copyright © 2013 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuzo

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Lucila Pangrácio Azevedo

Revisão: Maria Elizabete de Sousa

Editora / MG

Av. Contorno, 4355 – Funcionários
Belo Horizonte-MG – CEP 30110-027
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

B644p Blasi Netto, Frederico

Prescrição penal: manual prático para entendê-la e calculá-la. /
Frederico Blasi Netto. 4. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.
xii + 244 p.

ISBN: 978-85-384-0286-2

1. Prescrição da pena, Brasil. 2. Prescrição retroativa, Brasil.
3. Extinção da punibilidade, Brasil. 4. Pena, Brasil. 5. Perdão judicial,
Brasil. 6. Direito de ação, Brasil. 7. Decadência (direito penal), Brasil. 8.
Perempção da ação penal, Brasil. I. Título.

CDU: 343.291

Nilcéia Lage de Medeiros
Bibliotecária
CRB6: 1545

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
------------------------------	---

PARTE GERAL

1. DIREITO DE PUNIR DO ESTADO	3
2. NATUREZA JURÍDICA	4
3. CRIMES IMPRESCRITÍVEIS	5
4. PRAZO PRESCRICIONAL	5
5. LEI N. 12.234, DE 05 DE MAIO DE 2010	7
6. COMO CALCULAR O PRAZO DE PRESCRIÇÃO?	8
7. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL	8
8. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL	10
9. CAUSAS INTERRUPTIVAS E SUSPENSIVAS	13
9.1 Causas interruptivas da prescrição	13
9.2 Causas suspensivas (ou impeditivas) da prescrição	15
10. ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO	18
10.1 Efeitos da prescrição	19
11. MOMENTO EM QUE A PRESCRIÇÃO COMEÇA A PREOCUPAR OS OPERADORES DO DIREITO	21
12. A QUEM INTERESSA A PRESCRIÇÃO?	22
13. PRESCRIÇÃO E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	23

PARTE ESPECIAL
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

1. PRAZO E FORMA DE APURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.....	30
1.1 Nos delitos apenados com pena privativa de liberdade.....	30
1.2 Nos delitos apenados com pena privativa de liberdade e também pena de multa, alternativa ou cumulativamente	32
1.3 Nos delitos apenados unicamente com multa.....	33
1.4 Nos delitos em que a pena privativa de liberdade não é indicada diretamente, mas como fração dessa pena, como ocorre na tentativa e nas causas de aumento e diminuição de pena.....	34
1.4.1 Na tentativa	34
1.4.2 Nas causas de aumento e de diminuição de pena.....	36
1.5 No concurso de crimes.....	41
1.5.1 Concurso material (art. 69 do CP).....	41
1.5.2 Concurso formal (art. 70 do CP)	44
1.5.3 Crime continuado (art. 71 do CP).....	45
1.6 Nos crimes acessórios, complexos e conexos	46
1.6.1 Acessórios.....	46
1.6.2 Complexos.....	46
1.6.3 Conexos	48
1.7 No caso de desclassificação da imputação.....	49
1.8 No caso de aplicação de medida de segurança	52
1.8.1 Inimputáveis	53
1.8.2 Semi-imputáveis.....	54
2. REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	56
3. AUMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL	60
4. TERMO INICIAL, TERMO FINAL E CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.....	61
4.1 Primeira causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva	64
4.1.1 Interrupção e aditamento da inicial.....	67
4.2 Segunda causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva	67

4.3 Terceira causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.....	69
4.4 Quarta causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.....	71
4.4.1 Sentença condenatória recorrível.....	72
4.4.2 Acórdão condenatório recorrível.....	75
4.5 Acórdão condenatório (1ª decisão condenatória no processo)..	79
4.6 Comunicabilidade das causas interruptivas (§ 1º, art. 117)	83
4.7 Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva aos autores do crime	84
4.8 Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva aos crimes conexos objeto do mesmo processo.....	87
4.9 Causas suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	91
4.10 Primeira causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva ..	92
4.10.1 Suspensão obrigatória e suspensão facultativa.....	92
4.10.2 Termo inicial e termo final da suspensão em razão do reconhecimento de questão prejudicial.....	93
4.11 Segunda causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva.....	95
4.12 Terceira causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva.....	96
4.13 Quarta causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva	98
4.14 Quinta causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva (Lei n. 9.099/1995).....	99
4.14.1 Termo inicial e termo final da suspensão do processo.....	100
4.14.2 Cálculo do prazo de prescrição	100
4.15 Sexta causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva	102
5. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.....	105

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E PRESCRIÇÃO RETROATIVA

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	109
2. FIXAÇÃO DA PENA QUE SERVE DE BASE À APURAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL NA	

TENTATIVA E NAS CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA (PARTE GERAL E ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL)	112
3. FIXAÇÃO DA PENA QUE SERVE DE BASE À APURAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL NAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES (ARTS. 61, 62, 65 E 66 DO CP).....	113
4. FIXAÇÃO DA PENA QUE SERVE DE BASE À APURAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL NO CONCURSO DE CRIMES.....	113
4.1 Concurso material (art. 69 do CP)	113
4.2 Concurso formal e crime continuado (arts. 70 e 71 do CP).....	114
5. REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	115
6. AUMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL	115
7. EFEITOS DAS PRESCRIÇÕES INTERCORRENTE E RETROATIVA	115

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

1. PRAZO E FORMA DE APURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	118
1.1 Se a pena fixada pela sentença foi privativa de liberdade	118
1.2 Se a pena foi restritiva de direitos	118
1.3 Se a pena foi só de multa (original ou substitutiva, art. 44 do CP).....	119
1.4 Na hipótese de aplicação de medida de segurança.....	120
1.4.1 Ao inimputável (art. 26 caput do CP)	120
1.4.2 Ao semi-imputável (parágrafo único do art. 26)	120
1.5 Termo inicial e termo final.....	121

PRESCRIÇÃO RETROATIVA

1. LEI N. 12.234, DE 9 DE MAIO DE 2010.....	143
1.1 Prescrição virtual ou antecipada e a lei nova.....	144

1.2 Irretroatividade da alteração trazida pela Lei n. 12.234/2010.....	144
1.3 Recurso da defesa	147
2. PRAZO E TERMO INICIAL E TERMO FINAL DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	148
3. PRESCRIÇÃO PELA PENA REDUZIDA NO TRIBUNAL	157
4. FORMAS DE APURAÇÃO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	159
5. HIPÓTESES DE OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA.....	162
5.1 Primeira hipótese de ocorrência.....	162
5.2 Segunda hipótese de ocorrência.....	166
5.3 Do recurso da acusação.....	166
6. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO	170
7. COMPETÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	171
8. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	172
9. PRESCRIÇÃO VIRTUAL, PROJETADA OU ANTECIPADA	173

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA

1. PRAZO E FORMA DE APURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	182
1.1 Nas sentenças em que a pena imposta foi privativa de liberdade	182
1.2 Nas sentenças em que a pena de multa foi a única aplicada (art. 114, I, 2ª parte, do CP).....	184
1.3 Nas sentenças em que a pena de multa foi aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade (art. 114, II, 2ª parte, do CP)	185

1.4	No caso de conversão da pena de multa em pena de detenção..	185
1.5	Quando há a substituição, na sentença, da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.....	186
1.6	Nas sentenças em que é imposta medida de segurança.....	189
1.7	Nas sentenças em que o cálculo da pena aplicada ao réu é alterado pelo reconhecimento da tentativa e das causas de aumento e diminuição de pena.....	191
1.8	Nas sentenças em que são reconhecidos os concursos material, formal e o crime continuado.....	196
2.	REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	197
3.	AUMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	199
4.	TERMO INICIAL E TERMO FINAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.....	202
4.1	Termo inicial quando a pena aplicada é privativa de liberdade	202
4.2	Outros termos iniciais da contagem do prazo da prescrição executória.....	207
4.2.1	Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....	207
4.2.2	Concessão do <i>sursis</i>	208
4.2.3	Cumprimento das condições do <i>sursis</i>	208
4.2.4	Revogação do <i>sursis</i>	209
4.2.5	Livramento condicional.....	210
4.2.6	Concessão do livramento condicional.....	211
4.2.7	Cumprimento das condições do livramento.....	211
4.2.8	Revogação do livramento condicional (arts. 86 a 88 do CP)	211
4.2.9	No dia em que se interrompe a execução.....	213
4.3	Termo inicial quando a pena aplicada é de multa.....	214
4.4	Termo final da prescrição executória quando a pena aplicada é privativa de liberdade ou multa.....	216
5.	CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.....	216
5.1	Primeira causa interruptiva da prescrição da pretensão executória.....	216
5.2	Segunda causa interruptiva da prescrição da pretensão executória.....	224
5.3	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória aos autores do crime.....	228

5.4 Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória aos crimes conexos objeto do mesmo processo.....	229
5.5 Causa suspensiva (ou impeditiva) da prescrição da pretensão executória	230
5.6 Efeitos da prescrição da pretensão executória	231

PRESCRIÇÃO E PERDÃO JUDICIAL

1. NATUREZA JURÍDICA	233
2. EFEITOS DA SENTENÇA.....	234
3. CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO	234

DIREITO DE AÇÃO E PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E PEREMPÇÃO

1. PRESCRIÇÃO.....	237
2. DECADÊNCIA	238
3. PEREMPÇÃO	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	241